

CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS - CECULT
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O CAMPO DA EDUCAÇÃO MUSEAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES**

Mona Ribeiro Nascimento

Santo Amaro - Bahia

Dezembro de 2019

MONA RIBEIRO NASCIMENTO

**O CAMPO DA EDUCAÇÃO MUSEAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pós Graduação em Políticas e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Políticas e Gestão Cultural.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Paula Félix

Santo Amaro - Bahia

Dezembro de 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS - CECULT
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO DE MONA RIBEIRO NASCIMENTO**

Prof^ª. Dr^ª. PAULA FÉLIX DOS REIS
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. MARIELLA PITOMBO VIEIRA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof^ª. Dr^ª. CARMEM LÚCIA CASTRO LIMA
Universidade Estadual da Bahia - UNEB

Aprovado em 13 de dezembro de 2019.

Santo Amaro - Ba

O campo da Educação Museal: possibilidades e desafios para o levantamento de informações e construção de indicadores¹

Mona Ribeiro Nascimento²

Resumo: O presente artigo objetiva analisar os recentes esforços empreendidos para o levantamento de informações no campo da educação museal brasileira com vistas à produção de indicadores. Para isso refletimos sobre a importância do uso de indicadores na elaboração e implementação de políticas públicas, traçamos um panorama histórico das políticas públicas de museus no Brasil desde a década de 1930 até a contemporaneidade, lembramos as pesquisas já realizadas no campo dos museus e discutimos a metodologia de levantamento de informações utilizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) a partir da análise de dois questionários elaborados e parcialmente aplicados nesse processo. A partir dessas reflexões, acreditamos que, apesar de ainda haver um longo caminho a se trilhar em busca de informações e indicadores para a educação museal, as iniciativas que estão em andamento apontam para caminhos animadores.

Palavras-chave: Educação Museal. Indicadores. Pesquisa em Museus. PNEM.

Abstract: This article aims to analyze the recent efforts undertaken to gather information in the field of Brazilian museum education with a view to producing indicators. For this we reflect on the importance of the use of indicators in the elaboration and implementation of public policies, we draw a historical panorama of the museums public policies Brazil from the decade of 1930 until the contemporaneity, we recall the research already accomplished in the field of the museums and we discuss the methodology of information gathering used by the Brazilian Institute of Museums - Ibram from the analysis of two questionnaires elaborated and partially applied in this process. From these reflections, we believe that, although there is still a long way to go in search of information and indicators for museum education, the initiatives that are underway point to encouraging paths.

Keywords: Museal Education. Indicators. Search in Museums. PNEM.

1. Introdução

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Especialista em Políticas e Gestão Cultural sob orientação da Prof^a Dr^a Paula Félix.

² Docente Substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Museóloga pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus da Bahia. Membro do Comitê Gestor Provisório da Rede de Educadores em Museus do Brasil. monaribe@gmail.com

O presente artigo apresenta algumas considerações acerca dos esforços recentes para o levantamento de informações e construção de indicadores no campo da educação museal.

Como nos conta Lia Calabre (2009), é bastante recente a preocupação brasileira com a sistematização de informações para utilização no planejamento estratégico da gestão pública. Apesar de, em tempos anteriores, eventualmente se observar uma ou outra iniciativa nesse sentido, foi só a partir da década de 60 do século XX que foram criados mecanismos constantes de levantamento e sistematização de dados sociais.

O chamado movimento de indicadores sociais teve início, como nos relata Paulo Januzzi (2002), com a reunião de esforços de diferentes organismos internacionais como a OCDE, a Unesco, a FAO, a OIT, a Unicef e a Divisão de Estatística das Nações Unidas e mantem como marco o lançamento de duas publicações a pedido do governo dos Estados Unidos: *Social Indicators* e *Toward a Social Report*. A crise fiscal que atingiu a América nos anos 1970 levou o uso de indicadores para a elaboração de políticas públicas a um certo descrédito que só retoma seu fôlego em meados da década de 80, quando modelos participativos para elaboração de políticas públicas passam a entrar em vigor. Desse modo, os indicadores retomam seu espaço de prestígio na gestão pública.

O Brasil tem acompanhado nos últimos anos o crescente interesse por esse campo de atuação, inclusive na área da cultura, à qual damos maior atenção nesse trabalho. Com intervalos que variam entre a ausência e o autoritarismo, a instabilidade do campo de políticas culturais no Brasil viveu recentemente um período de bons frutos tendo como marco com a reestruturação do Ministério da Cultura no ano de 2003, primeiro ano de mandato do presidente Lula da Silva. Naquele momento, ao assumir a pasta, o então ministro Gilberto Gil assumiu o compromisso com políticas estruturais para o campo a fim de que se tornassem políticas de estado, que não fossem interrompidas pelas sucessivas trocas de governo. Ou assim se pretendia.

Pensando especificamente no levantamento de dados com fins à criação de indicadores, podemos estabelecer como marco a parceria firmada entre Minc e IBGE no ano de 2004, com o compromisso de elencar informações mais detalhadas para o campo da cultura, que até então não eram especificadas pelas pesquisas realizadas pelo instituto. Um dos primeiros resultados desta parceria foi a realização do *Suplemento Cultura da Pesquisa de Informações Básicas*

*Municipais – MUNIC*³, disponível em 2006 que posteriormente, com a união de informações oriundas de outras bases de dados, deu origem à publicação *Cultura em Números*.

Desde então, junto com os esforços para a consolidação de um banco de dados geral para a cultura brasileira, a exemplo do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), os setores da cultura têm se debruçado na tentativa de criar seus próprios bancos de dados que possam alimentar esse sistema nacional, além de subsidiar a elaboração, implementação e acompanhamento de políticas setoriais. É sobre um desses esforços setoriais que dedicamos atenção nesse trabalho, evidenciando o campo dos museus e mais especificamente o campo da educação museal.

Interessou-nos para este estudo identificar as práticas de levantamentos de dados no campo de museus e, a partir destas, perceber a necessidade crescente de levantar dados específicos para a educação museal. A motivação vem da participação no processo de construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e da percepção de como a ausência de informações mais organizadas sobre o campo, de forma alguma tornou mais fácil o desenvolvimento do processo de construção dessa política. Cabe inclusive questionar se o que está posto no dispositivo de fato atende às demandas do campo de forma ampla. Sendo assim, entendemos a necessidade urgente de levantar dados para o campo com vistas à implementação da política, mas também, e, sobretudo, para sua avaliação. Por isso nos debruçamos sobre as iniciativas conhecidas de levantamento de informações para o campo e tecemos algumas considerações.

O trabalho se estrutura em algumas etapas. Após essa breve introdução apresentamos algumas reflexões sobre a importância do uso de indicadores sociais na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas, bem como as especificidades dos indicadores culturais. Em seguida, fazemos um recorte das políticas para museus no Brasil e os acontecimentos dos últimos anos, enfatizando as iniciativas de levantamento de dados já existentes. Importante ressaltar que os avanços do campo foram decisivos para a construção de uma consciência da importância do levantamento de dados e construção de indicadores para o campo, embora nem sempre tenham tido a periodicidade esperada desde então. Iniciativas como o Cadastro Nacional de Museus (CNM), criado em 2006 na esteira das demandas expostas na Política Nacional de Museus (PNM), funcionam hoje como importantes bases de dados que subsidiam as políticas do campo como o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM).

³ Mais informações sobre o Suplemento Cultura da MUNIC de 2006, estão disponíveis no site no IBGE: www.ibge.gov.br

Na etapa seguinte, dedicamos um tempo para apresentar brevemente o campo da educação museal a partir do processo de construção da Política Nacional de Educação Museal, marco estruturante e norteador para o campo. Em seguida, após salientar a ausência de indicadores para a educação museal brasileira, apresentam-se os esforços atuais empreendidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia federal responsável pela gestão do campo de museus no país, no levantamento de informações para o campo com vistas a, futuramente, construir indicadores, através de dois projetos pilotos. O primeiro, capitaneado pela Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse/Ibram), realizou consulta nos meses iniciais de 2019 aos trinta museus que são geridos diretamente pelo Ibram. Já o segundo, coordenado pelo Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional (MHN), um dos museus geridos pelo Ibram, além de consultar os seus pares, abrangeu o corpus de análise acrescentando os museus administrados pelas Secretarias Estaduais de Cultura e Economia Criativa (SECEC) de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Por fim, teceremos algumas considerações sobre os questionários utilizados nessas pesquisas e as possibilidades a partir das informações solicitadas, bem como apontar algumas lacunas constatadas. Esperamos também apontar alguns caminhos para as perspectivas futuras.

Como metodologia, além de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, demos preferência à consulta dos dados que estão amplamente disponíveis nas plataformas digitais do Ibram. Com exceção dos dados referentes aos projetos pilotos que estão sendo realizados pela Comuseu e pelo MHN. Estes, ainda não publicados, nos foram entregue antecipadamente, para fins meramente acadêmicos, por profissionais ligados a ambas as pesquisas. Inclusive com o compromisso de disponibilizarmos posteriormente a reflexão empreendida aqui com vistas à colaboração em possíveis ajustes que se façam necessários no decorrer do processo.

Consideramos importante também ressaltar que a dificuldade de escrever sobre um processo ainda em andamento e que a qualquer momento pode sofrer mudanças de direção, situação à qual o campo das políticas está bastante sujeito, pois encontra-se completamente submetido às conjunturas sócio-políticas. Exemplo disso foi o próprio percurso dessa investigação que inicialmente tinha como intenção produzir uma ferramenta de coleta de dados a ser aplicada posteriormente em pesquisa com museus baianos. Porém, mantendo o diálogo com os colegas de profissão que atuam no Ibram e MHN, constatamos a existência desses processos e optamos por não produzir um instrumento à parte, mas colaborar com os esforços já iniciados.

Esperamos então que as reflexões aqui expostas possam contribuir para o desenvolvimento deste campo que tanto nos é caro.

2. Algumas palavras sobre indicadores

Embora se possa identificar iniciativas de levantamento de dados sociais em tempos anteriores, somente na década de 60 é que se observam as primeiras sistematizações referentes ao levantamento de informações para o acompanhamento das transformações sociais. Informações relevantes nas áreas de saúde, educação ou segurança pública hoje são fundamentais para a construção das políticas que orientam essas áreas sociais. A ponto de que não se pensa mais as formulações de políticas sociais na atualidade sem o auxílio de ferramentas informativas para a tomada de decisão. A essas ferramentas conhecemos como indicadores.

Segundo Paulo Jannuzzi:

um indicador social é uma medida, em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão acontecendo na mesma.
(JANUZZI, 2002, p. 55)

O conceito de indicador social, talvez pela recente inserção no campo das políticas públicas, não tem sido algo muito simples de compreender. Seja acadêmica ou programaticamente é comum que essas medidas sejam construídas de forma frágil, causando prejuízo ao processo acadêmico ou programático que se inicia a partir dessas referências.

Indicadores são, portanto, o diálogo entre os dados que nos apontam caminhos possíveis dentro de um determinado contexto social. Percebemos que falar de forma ampla sobre indicadores comumente provoca incompreensão deste conceito, porém uma vez assumir que estes estarão sempre intrinsecamente ligados ao contexto onde foram produzidos e mais ainda àqueles onde estão sendo utilizados, nos convence a aceitar que não é mesmo fácil compreender um indicador se este estiver descontextualizado.

De forma geral, um indicador é utilizado para:

substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma. (JANUZZI, 2002, p. 55).

Por essa razão, Januzzi considera de grande importância o uso de indicadores para a elaboração de políticas públicas. Ter noção do que realmente acontece no campo é de grande auxílio na elaboração de políticas públicas que de fato respondam aos anseios das questões sociais elencadas. Porém, muito embora a importância do uso de indicadores seja muito pouco contestada, não é incomum que estes recursos sejam usados de forma equivocada. A questão pode estar, sobretudo, na forma como estes indicadores são construídos e até mesmo na forma como são levantadas as informações que alimentam esse indicador.

Um bom indicador deve atender às demandas do conceito social que está tentando comunicar e para ser considerado consistente deve estar referido a um modelo teórico ou um modo de intervenção social mais geral (JANUZZI, 2002). É importante ressaltar que um indicador não deve se confundir com o conceito que visa operacionalizar. Ou seja, os dados levantados não são os indicadores. É necessário discutir de que modo o recurso tem dialogado com o aspecto da realidade que este visa informar ou as mudanças que este visa apontar, explicitando as variáveis e categorias analíticas relevantes e o encadeamento casual ou lógico que as relaciona. Pois o uso de indicadores ruins pode implicar em uma distorção da realidade e consequente criação de mecanismos que não atendem às expectativas e necessidades do grupo social a quem as políticas são direcionadas.

Januzzi ainda nos aponta que “se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais” (JANUZZI, 2002, p. 53), por isso a necessidade de conhecer os limites e potencialidades dos indicadores utilizados. Além disso, um bom indicador pode também auxiliar na avaliação de políticas já implementadas e dar subsídios para tomadas de decisões em encerrar ou dar continuidade aos programas e projetos derivados.

A esse ponto é de suposto que não seja fácil lidar com indicadores, uma vez que se ao acertar no seu uso pode-se alcançar tantos benefícios, de certo que o mau uso destes pode, ao contrário, contribuir para a existência de políticas que estejam longe de se alinhar com as reais demandas sociais. Ainda segundo Januzzi (2002), idealmente o planejamento e a utilização de indicadores são aspectos indissociáveis na construção de políticas públicas, sendo que em

“cada fase do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para o bom encaminhamento do processo” (JANUZZI, 2002, p. 61).

Mas então como definir um bom indicador? Quais são as características necessárias para esse recurso/instrumento e como saber que este está sendo bem utilizado?

Talvez a primeira coisa a se saber seja que não existe fórmula mágica, pois a percepção de boa utilização vai estar diretamente ligada às intenções do seu uso. A ideia de um bom indicado é algo totalmente relativo uma vez que este precisa atender às demandas do que se pretende fazer com ele. Um mesmo indicador, em situações diferentes, pode vir a ser avaliado e utilizado de formas distintas.

Não obstante a isso, Januzzi (2002) aponta alguns caminhos para facilitar a vida daqueles que pretendem enveredar por essa senda. Para avaliar a consistência dos indicadores, Januzzi estabeleceu alguns critérios importantes tais como: a relevância, a validade, a confiabilidade, a inteligibilidade, a historicidade, a cobertura populacional, a sensibilidade, a especificidade, a capacidade de atualização e a possibilidade de desagregação em termos geográficos, sócio demográficos e socioeconômicos. Porém, um bom indicador não necessariamente é aquele que atende a todos esses critérios, uma vez que o fundamental é garantir que exista uma relação entre o conceito que se quer operacionalizar e o indicador proposto.

Dessa forma nem sempre o melhor indicador será aquele que reunir todas essas características, mas aquele que atende melhor a demanda da questão que se quer abordar. Lembrando sempre que nenhuma construção de indicador está isenta de valores ideológicos e políticos, sendo assim, a análise crítica do indicador utilizado se faz essencial para que este não seja tomada por única possibilidade de interpretação da realidade.

Para cada etapa do ciclo de políticas públicas⁴ um ou mais indicadores podem ser eleitos como ferramentas de análise e “cada fase do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para o bom encaminhamento do processo.” (JANUZZI, 2002).

Cabe ainda ressaltar que indicadores são importantes, mas não são condições *sine qua non* para a formulação e/ou a implementação de políticas públicas. Considerando que os processos de construção dificilmente são rápidos e a possibilidade de haver defasagem entre o

⁴ Consideramos aqui o ciclo de políticas públicas proposto por Enrique Saravia. Para mais informações ver: SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas públicas. Brasília: Enap, 2006.

período de planejamento e o momento da ação é bastante real, é possível que os indicadores utilizados no momento da elaboração já não dialoguem tão bem com o contexto de implementação da política.

A construção de bons indicadores está diretamente ligada ao processo de coleta e tratamento das informações, sendo, portanto importantíssima a atenção aos bancos de dados utilizados como matéria prima. Sobre isso Januzzi (2005) aponta que “assim, é necessário, (...), prever a organização de procedimentos de coleta e tratamento de informações específicas e confiáveis em todas as fases do ciclo de implementação, que possam permitir a construção dos indicadores desejados” (JANUZZI, 2005, p. 157).

Para fins dessa investigação, o exposto aqui dialoga diretamente com o processo de construção da Política Nacional de Educação Museal, que detalharemos mais à frente, e a urgência do levantamento de informações para o campo com vistas à construção de indicadores que nos auxiliem na implementação da política e principalmente na sua avaliação.

2.1 Indicadores Culturais

Se até aqui vimos o quão recente é a preocupação brasileira com a sistematização de informações para utilização no planejamento estratégico da gestão pública, Lia Calabre nos conta que se para todas as áreas sociais a produção de indicadores já é uma grande questão, “no caso da cultura para o conhecimento da área, não necessitamos só e, necessariamente, produzir indicadores, necessitamos ainda, e muito, da produção de informações” (CALABRE, 2009).

Felizmente temos assistido nos últimos anos importantes movimentos na direção da organização do campo da cultura e a crescente preocupação com a coleta periódica de dados que permitam alimentar indicadores para a cultura.

Para citar alguns episódios importantes, sinalizamos a parceria firmada entre o então Ministério da Cultura (MinC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2004, com vistas a esta estabelecer uma base contínua e consistente de informações relacionadas ao setor cultural (LINS, 2007).

Dessa parceria destacamos além do suplemento Cultura da MUNIC-2006, o lançamento da publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais, realizada com dados de pesquisas feitas pelo IBGE no ano de 2003. A publicação, que teve mais uma edição em 2010, deu subsídios para a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), plataforma eletrônica para armazenamento de dados relacionados ao setor cultural, gerida atualmente pela Secretaria Especial de Cultura vinculada ao Ministério do Turismo.

Sendo atualmente o SNIIC a principal base de dados culturais no Brasil, os diversos setores da cultura têm se empenhado no levantamento de informações que alimentem esse sistema. O próprio Plano Nacional de Cultura prevê entre as suas metas a disponibilização de dados setoriais no SNIIC com vistas à construção de indicadores específicos.

Nesse ínterim, o campo dos museus tem se destacado com iniciativas concretas para o levantamento de informações do campo. Aliás, o campo dos museus sempre mereceu atenção especial do campo das políticas culturais.

3. Políticas culturais no Brasil: museus em destaque

Ao se fazer uma retrospectiva da história das políticas culturais no país não é difícil notar que o campo do patrimônio, sobretudo o seu recorte museológico, esteve frequentemente em evidência.

Utilizando como marco da inauguração do pensamento político cultural brasileiro a chamada “Revolução de 30”, com o auxílio de Albino Rubim (2007), identificamos que:

dois experimentos, praticamente simultâneos, inauguram as políticas culturais no Brasil: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema à frente deste ministério, de 1934 até 1945 (RUBIM, 2007, p. 3).

Em ambos os experimentos é possível identificar ações e posturas voltadas para o patrimônio. No primeiro, percebemos em Mário de Andrade o entendimento, até então discreto no país, da existência de um patrimônio imaterial oriundo de outras culturas que não apenas a europeia. Inclusive, o projeto de lei que escreveu sob encomenda do ministro Capanema, para o que viria a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, inaugurado em 1937, esteve embebida, entre outras, nessa premissa. No segundo experimento, o ministro Capanema inaugurou algumas das que futuramente seriam instâncias voltadas para o desenvolvimento de alguns setores importantes da cultura brasileira, como o Serviço Nacional de Teatro, também em 1937 e o Conselho Nacional de Cultura, em 1938. Embora o projeto de Mário de Andrade não tenha sido posto em prática na íntegra, nem tenha sido dada a ele a tarefa de coordenar o órgão, o Sphan nasceu em 1937 dando início às políticas públicas para patrimônio no Brasil.

Desde a sua criação até a década de 60, o Sphan esteve sob a direção de Rodrigo de Melo Franco, que optou pela atenção ao chamado *patrimônio de pedra e cal*, às culturas brancas,

sobretudo ao barroco mineiro e aos monumentos como igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. O Serviço, depois Instituto e durante um curto espaço de tempo Secretaria, avançou na sua atenção com certa independência e uma continuidade organizacional e administrativa até então incomum, o que transformou o Sphan em exemplo para as políticas culturais no país (RUBIM, 2007).

O período que se segue na história brasileira mais uma vez aponta para a tradição das políticas culturais ligadas ao autoritarismo do estado. Em um momento histórico tão improvável, o estado de exceção, com a ditadura, sobretudo no período que compreende os anos de 1974 até o fim do regime em 1985, é possível observar uma série de medidas voltadas para a estruturação da área da cultura no governo federal. Instâncias como o Programa das Cidades Históricas (1973), a Fundação Nacional das Artes (1975), o Centro Nacional de Referência Cultural (1975), o Conselho Nacional de Cinema (1976) e a Radiobrás (1976) marcam a tentativa do estado de estar presente e atuante em diversos setores da cultura brasileira. Ressaltando inclusive que, nesse período, pela primeira vez o país teve um Plano Nacional de Cultura (1975).

Em 1979, já Instituto, o Iphan incorporou o Centro Nacional de Referência Cultural e o Programa das Cidades Históricas e transformou-se em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, novamente Sphan. Ainda no ano de 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, pela Lei nº 6.757, de 17 de dezembro, para funcionar como braço executivo da nova Secretaria (REZENDE; GRIECO; THOMPSON, 2015).

Quem assume a direção da Fundação Pró Memória é Aloisio Magalhães que teve como marca da sua gestão o resgate das ideias originais de Mário de Andrade quando da elaboração do anteprojeto de lei que propôs para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, lá em 1936. Retomando então a ideia de patrimônio como algo que atravessa diversas contribuições de classes e das diferentes etnias que compõem o Brasil.

Os museus nacionais – o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, entre outros tantos –, a Biblioteca Nacional, além do Programa das Cidades Históricas (da Secretaria de Planejamento da Presidência da República), e do próprio Centro Nacional de Referência Cultural passaram a compor a fundação, assim como toda a operação executiva das ações do Iphan.

A ideia de criar uma fundação veio como forma de resolver um problema encontrado pelo antigo Iphan, que por questões fiscais específicas da natureza jurídica do instituto, encontrava certa dificuldade para captação de recursos. A solução encontrada foi o estabelecimento de

duas instituições: uma instituição da administração direta, no caso seria a Sphan, e, do outro lado, outra instituição que pudesse ter liberdade quanto aos recursos, que seria a Fundação Nacional Pró-Memória.

Após a extinção da Fundação Pró-Memória em 1990 e já num cenário pós-ditadura, o governo neoliberal brasileiro avança pouco no que tange às políticas culturais de patrimônio. Nesse período, o que pode se destacar em relação ao campo das políticas culturais é a criação da Lei Sarney, posteriormente Lei Rouanet, consolidando o entendimento de cultura como produto mercadológico. Esse entendimento vai perpassar os governos neoliberais brasileiros que podem ser identificados no período de 1992 a 2002.

Passado esse período de adormecimento das políticas culturais no Brasil, o ano de 2003 aparece como um novo marco. A ascensão à presidência do operário Luiz Inácio Lula da Silva traz um novo tom para o campo cultural brasileiro e para o setor museológico não seria diferente.

Já em maio de 2003, com a aprovação da Política Nacional de Museus (PNM), os museus ganham um departamento específico dentro do seio do reestruturado Iphan. O Departamento de Museus do Iphan (DeMu/Iphan) passa então a gerenciar a elaboração e implementação de políticas públicas para o campo dos museus. Dando resposta ao primeiro eixo programático da PNM, que versa sobre a estruturação do campo museológico brasileiro, o DeMu/Iphan lança em 2006 o Cadastro Nacional de Museus, esforço para reunir informações sobre o cenário museológico brasileiro o que até então era inexistente, como lembra Myriam Sepúlveda Santos em texto de 2004:

Apesar de mais de 80% dos museus brasileiros serem ainda instituições públicas, nós não encontramos na esfera governamental, no âmbito municipal, estadual ou federal, nem levantamento de dados sobre os museus existentes, nem estudos ou avaliações sobre as práticas desenvolvidas por eles. (SANTOS, 2004, p. 54)

As mudanças no cenário museológico ganham ainda mais vigor no ano de 2009, quando já no mês de janeiro foi promulgada a lei nº 11.904 que institui o Estatuto dos Museus, legislação norteadora para o campo e seis dias depois, em 20 de janeiro, a lei nº 11.906 que autoriza a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), transformando o Departamento de Museus do Iphan numa autarquia própria.

Com a criação do Ibram o campo de museus brasileiro alcança o protagonismo das suas ações e o órgão passa a ser o responsável pela gestão da Política Nacional de Museus e do Estatuto de Museus.

Entre diversas medidas tomadas pelo Ibram no sentido de estruturar o campo museal brasileiro, nos detemos aqui naquelas que objetivam sistematizar o levantamento de informações com vistas à construção de indicadores como detalhamos a seguir.

4. Levantando informações sobre museus

Com o lançamento da Política Nacional de Museus, o campo museal brasileiro iniciou um processo de organização que há muito não se via. Nas palavras do então ministro da cultura Gilberto Gil, o entendimento de política cultural do governo federal passou a ser o de que:

Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar uma política pública voltada para o setor cultura, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolve-los na formulação das políticas públicas necessárias.
(BRASIL, 2007, p.11)

Assim, da mesma forma como foi construída a própria PNM, a partir de então a tônica do campo foi o de priorizar processos participativos. A criação dentro do Iphan de um Departamento de Museus ainda em 2003, a criação do Sistema Nacional de Museus em 2004, o lançamento do Cadastro Nacional de Museus em 2006 e as leis 11.904/09 e 11.906/14 que instituem o Estatuto de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus, respectivamente, são exemplos de ações empreendidas pelo governo federal com o cuidado de escutar os profissionais dos museus e pesquisadores do campo.

Voltando a nossa atenção especialmente para a questão do levantamento de informações relacionadas ao campo museal brasileiro, nos deteremos em uma dessas ações com os seus respectivos desdobramentos.

Aquela enorme lacuna apontada por Sepúlveda em 2002 começa a ser preenchida com o Cadastro Nacional de Museus⁵ lançado em 2006 com o objetivo de conhecer e mapear a diversidade museal brasileira, bem como atender a enorme demanda de informações sobre os museus no Brasil.

⁵ Todas as informações referentes ao Cadastro Nacional de Museus estão disponíveis no portal do Ibram: <http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>

A coleta inicial de informações pelo CNM foi realizada por meio de pesquisa a guias especializados, editados em meio impresso ou digital. Em maio de 2006, o material do Cadastro foi distribuído por Correio e, posteriormente, em meio digital, aos 1.241 museus mapeados inicialmente nos instrumentos de pesquisa e, ainda, a órgãos públicos e privados ligados ao setor cultural. O material era composto por um cartaz, folder explicativo, questionário de cadastramento e manual de preenchimento. Além dessa estratégia de distribuição, foi desenvolvida uma metodologia de credenciamento e treinamento de assistentes nos estados, para o trabalho local de cadastramento dos museus. Em parceria com as secretarias estaduais de Cultura e com os sistemas estaduais e municipais de museus, os assistentes locais cadastraram museus em suas cidades e também no interior dos estados, além de realizarem contato telefônico e eletrônico com as representações públicas na área de cultura para o mapeamento de novos museus.

Iniciado em 2006, o CNM foi desenvolvido com o objetivo de recolher sistematicamente informações sobre os museus brasileiros e difundi-las amplamente com a sociedade, pretendendo constituir-se não apenas em importante fonte de pesquisa, mas também em um divulgador dos museus brasileiros. Para tanto, foi desenvolvido um único questionário de cadastramento para coleta de dados que alcançasse a diversidade de atuações museais brasileiras, capaz de acolher as práticas desenvolvidas pelos museus tradicionais, e também pelos museus comunitários, ecomuseus, museus de território e museus virtuais. O questionário elaborado para a coleta de informações foi dividido em oito sessões tendo ao todo setenta e três questões objetivas. As sessões agrupavam questões referentes aos seguintes temas: *Dados Institucionais; Acervo; Acesso ao Público; Recursos Humanos; Caracterização Física; Segurança e Controle Patrimonial; Atividades e Orçamento*. Além de um campo denominado *Observações Gerais* onde se tinha espaço para livres comentários.

Após os primeiros cinco anos de atividades do CNM, começaram a surgir os primeiros frutos desse empreendimento. A partir das informações coletadas por esse programa foi possível organizar publicações importantes para o conhecimento do campo como o *Guia dos Museus Brasileiros* e o *Museus em Números*.

O primeiro Guia de Museus do Brasil foi editado no ano de 1953 e conseguiu mapear 169 museus, trazendo informações referentes à localização, horários e hábitos de funcionamento e atividades oferecidas aos públicos. Outros guias foram publicados nos anos de 1958, 1972, 1978, 1984, 1997 e 2000, com números de museus oscilando entre 141 a 898. Após 11 anos sem a edição de um guia de museus no Brasil, a primeira publicação oriunda dos

dados levantados no CNM foi a edição de 2011 do Guia dos Museus Brasileiros. De posse de informações mais detalhadas sobre os museus, essa edição do Guia trouxe dados como endereço, tipo de acervo, acessibilidade, infraestrutura para o recebimento de turistas estrangeiros, horários de funcionamento, ano de criação, situação atual e natureza administrativa de todos os museus já mapeados pelo Ibram, divididos por região, estado e município.

Até aquele momento, o Ibram já havia mapeado 3.025 museus em todo o Brasil.

Outra publicação que marcou o campo das informações sobre museus no Brasil, também oriunda das informações levantadas pelo Cadastro Nacional de Museus, foi o *Museus em Números*. Panorama estatístico nacional e internacional do setor de museus e textos analíticos sobre a situação dos museus nas unidades federativas, a publicação trabalhou com dados de 1.500 museus que responderam ao questionário do CNM. Embora o mapeamento tenha identificado mais de três mil museus, como a resposta ao questionário era voluntária, nem todos os museus mapeados e contatados, responderam e nem todas as respostas recebidas foram válidas, considerando respostas incompletas ou informações em locais equivocados. Ainda assim, este continua sendo o mais amplo trabalho de pesquisa já realizado na área de museus no país tendo como período de corte 2006 a 2010.

O CNM até hoje é a maior base de dados para museus no Brasil.

Em 2014, o Cadastro Nacional de Museus deixou de ser apenas uma base de dados oriunda de questionário único, uma única pesquisa, e passou a ser uma Plataforma de Pesquisas do Ibram. O objetivo era passar a elaborar e aplicar pesquisas e levantamentos periódicos sobre questões mais específicas e relevantes para o setor com resultados que fossem divulgados periodicamente por meio de estudos e relatórios.

O marco de inauguração da nova fase do Cadastro Nacional de Museus foi o lançamento da Pesquisa Anual de Museus (PAM), numa tentativa de inaugurar uma série histórica que permitisse, a partir da regularidade das informações, a construção de indicadores para o campo de museus.

O questionário elaborado para a PAM levou em consideração os problemas enfrentados e as observações feitas nos formulários respondidos do Cadastro Nacional de Museus. Dessa forma, questões com alto índice de respostas inválidas e dificuldades de compreensão das instruções de preenchimento tentaram ser resolvidas por um questionário mais detalhado e um manual de preenchimento mais completo. Sendo assim, o questionário da PAM apresenta 78

questões divididas em 13 sessões. Além da ampliação em termos de temas abordados, as questões também apresentam um detalhamento maior.

Assim, após a mudança de objetivo do CNM, as principais alterações no sistema foram: o questionário único daria lugar a diversos questionários específicos vinculados às demandas da pesquisa em questão, a exemplo do questionário da PAM que agora dividiria atenção com questionários de outras pesquisas com temáticas mais recortadas, mas de igual interesse do campo; o questionário que poderia ser mudado a qualquer momento não permitia a construção de uma série histórica e, portanto dificultava a construção de indicadores; os primeiros questionários do CNM foram entregues impressos pelo correio ou digitalmente por email, já a PAM inovou com a possibilidade dos formulários serem preenchidos online; com a possibilidade de ser online, inserir os dados no sistema já não estava a cargo somente dos funcionários do Ibram, agora qualquer pessoa poderia inserir dados no sistema, agregando agilidade ao processo.

Embora, como todo o campo cultural, o setor de museus venha passando por dificuldades no que tange a orçamento e autonomia para tomada de decisões, em relação às pesquisas e levantamento de dados dos museus brasileiros, tem sido até animador. Pois, ainda que esteja distante de ser considerada ideal, pode-se dizer que está um passo à frente em relação a outros setores culturais, o que permite inclusive voltar a atenção para temáticas ainda mais específicas dentro do campo dos museus, como é o caso da Educação Museal.

Antes de discutirmos processo de levantamento de dados para a Educação Museal, reconhecemos a necessidade de dedicar algumas linhas à compreensão desse antigo tema, porém recente campo de atuação.

5. O campo da Educação Museal e a PNEM

A partir da aprovação da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) em junho de 2017 e sua consolidação a partir da Portaria do Ibram nº 422/2017, passa-se a compreender “por Educação Museal um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (BRASIL, 2018, p. 129). Porém, embora esses acontecimentos marcantes para o campo sejam bastante recentes, os caminhos que se trilharam para chegar até eles não o são.

Desse modo, para compreendermos a necessidade da elaboração de uma Política Nacional de Educação Museal faz-se necessário entender de que maneira a educação tem sido

trabalhada no âmbito dos museus, no Brasil. Para isso, faremos um breve histórico das principais discussões realizadas na área museológica sobre o tema.

É de comum acordo entre os pesquisadores do campo que o marco para a institucionalização da Educação Museal no Brasil é a criação do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, em 1928 (BRASIL, 2018), criado por Roquette-Pinto, médico legista, à época diretor do museu. Embora, no momento de sua fundação, a atuação do setor estivesse bastante distante do que se compreende hoje por Educação Museal, atualmente tem sido um dos setores educativos que mais se empenham em pôr em práticas os princípios e diretrizes da PNEM, participando, inclusive, ativamente da sua construção.

Mas, em termos de discussão teórica sobre o tema, nos remetemos à década de 50, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizou três encontros para discutir o papel dos museus na educação. O “Seminário Internacional da Unesco Sobre a Função Educativa dos Museus” teve suas edições realizadas nos anos de 1952, 1954 e 1958. Estes encontros se tornaram marcos para os pensadores do campo, pois influenciaram diversas ações que aconteceram posteriormente. Em 1952, o evento foi realizado em Nova Iorque e contou com a participação de representantes de 25 países, incluindo o Brasil. Neste encontro a área pedagógica foi o centro do debate e teve como encaminhamento as seguintes proposições: integração entre os trabalhos educativos realizados nos museus e os programas das instituições escolares; formação dos educadores e elaboração de materiais educativos próprios dos museus.

Em 1954, o seminário aconteceu na Grécia e teve como tema a formação dos profissionais que atuam na área educativa dos museus. Defendeu-se também que os museus poderiam contribuir socialmente para educação, em especial em países em desenvolvimento. Enfatizou-se que a forma como os objetos são expostos no museu definem a sua relação com o público e causa narrativas de aproximação ou exclusão, dando destaque à importância do papel das exposições no processo educativo museal. Uma das discussões centrais tratou sobre a diferenciação do trabalho dos educadores na sua relação com escolas e demais públicos, levando a diferentes possibilidades educativas.

O seminário de 1958 aconteceu no Rio de Janeiro e destacou a importância da existência de serviços educativos nos museus, observando-se a importância de serem definidas as competências dos profissionais atuantes na área, além da necessidade de formação em diferentes níveis para os mesmos. Retomou-se a importância do uso educativo das exposições,

entretanto, desta vez pensando-se em diferentes atuações, trazendo propostas para diferentes públicos, sugerindo a preparação de guias em braile, a elaboração de atividades para pessoas com deficiência, público não letrado e criação de exposições itinerantes.

Considerada um marco para o desenvolvimento de uma nova visão sobre os museus, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile que aconteceu no ano de 1972 teve como tema central “O papel dos museus na América Latina”. Na ocasião, o conceito de museu integral era uma pauta em debate e representava um processo de renovação da Museologia, tirando a perspectiva do conceito homem-objeto, para a ideia do homem-sujeito. Neste contexto, os museus passam a ser entendidos como espaços de transformação se afastando cada vez mais da ideia de contemplação. O panorama museológico entre os anos 70 e 80 estava agitado e compunha-se de novas ideias, encontros, debates e propostas de uma museologia ativa, participativa e democrática, que faziam parte do conceito da Nova Museologia.

Na esteira das discussões de política museológica surgiria, em 1980, uma primeira política que contemplava o tema educação, era o Programa Nacional de Museus, que funcionou de 1980 a 1985. Tratava-se de um programa de interação, uma ação que fomentou a relação continuada entre museus e o ensino escolar, propôs também o lançamento de apostilas sobre Museu e Educação, que foram desenvolvidas em dois volumes, já com o intuito de trabalhar o desenvolvimento de projetos educativos e a instrumentalização dos profissionais dos museus.

Após o período de inércia dos anos 90, a reestruturação do campo cultural nos anos 2000 trouxe ganhos significativos também para ao setor museológico. O desenvolvimento de políticas específicas para o campo trouxe uma movimentação positiva, causando uma união dos profissionais que participaram ativamente deste processo.

Lançando mão mais uma vez do conceito de ciclo de política pública tal como exposto por Saravia (2006), entendemos que a construção de uma política pública passa algumas etapas e em cada uma delas, os atores, as coalizões, os processos e as ênfases são diferentes. Saravia propõe as etapas de formulação, implementação e avaliação, apresentado divisões para cada uma delas.

A etapa de formulação é marcada pela formação da agenda, onde são feitas as inclusões de pleito. Caracteriza um estudo dos fatos que vão ser entendidos como um “problema público” e que precisa ser solucionado com a formulação de um documento específico. Ainda nessa etapa temos a elaboração, que consiste na identificação e delimitação desse problema e de suas possíveis alternativas para solucioná-lo. Por fim, a formulação em si, que já considera as alternativas plausíveis para desenvolver o que foi apontado anteriormente.

Na etapa da implementação, estão pautados planejamento, organização e execução, que se compõem de ações para atingir os objetivos estabelecidos na política. Finalizando as etapas, vemos que a fase de avaliação é composta pelo monitoramento e a avaliação propriamente dita.

Entretanto, cabe ressaltar, que apesar dessa divisão didática, nem sempre essas etapas acontecem de maneira linear, podendo haver supressões, ou mesmo mais de uma etapa acontecendo concomitantemente.

Compreendendo que a PNEM, segundo a Portaria do Ibram nº 422 de 2017, é um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores dos museus e subsidiar a atuação dos educadores, apresentamos o modo como se formaram estes princípios e diretrizes para o campo.

Consideramos como pontapé inicial para a formulação da agenda que viabilizou a PNEM, o I Encontro de Educadores do Ibram, que, em 2010, no Museu Imperial, em Petrópolis, reuniu os educadores dos museus do Ibram, membros de Redes de Educadores em Museus – REM's e alguns profissionais convidados. O resultado das discussões foi expresso na Carta de Petrópolis, onde já se delineavam caminhos para uma política nacional de educação museal.

O ano de 2012 marca o início oficial do processo de construção da PNEM, quando a Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse), do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do Ibram, inicia o processo de consulta e construção participativa para desenvolver o que na época era chamado de Programa Nacional de Educação Museal. Foi utilizada uma plataforma virtual, denominada Blog do PNEM, um espaço pensado para reunir reflexões, proporcionar discussões e gerar propostas para o campo. A metodologia proposta era a de divisão por eixos, que foram coordenados por servidores do Ibram e abordavam os temas: Museus e Comunicação; Redes e Parcerias; Gestão; Sustentabilidade; Acessibilidade; Formação, Capacitação e Qualificação; Perspectivas Conceituais; Profissionais de Educação Museal; Estudo e Pesquisa. O lançamento do Blog aconteceu em novembro de 2012, durante o 5º Fórum Nacional de Museu, quando a comunidade museológica foi convidada a participar mais ativamente desse processo. As discussões no ambiente virtual ficaram abertas até abril de 2013, quando foram encerradas as contribuições para que pudesse ser feito o trabalho reunião

das informações acumuladas pelo portal. Segundo dados divulgados pelo Ibram, neste período foram identificados 708 cadastros, 598 comentários, 83 tópicos de discussão e 681 postagens ⁶.

Seguindo com o propósito de uma construção participativa e de abrangência nacional, no final de 2013, o Ibram divulgou um Documento Preliminar que serviu de base para os debates realizados nos Encontros Regionais do PNEM, que foram realizados presencialmente. O Documento Preliminar pôde ser discutido amplamente, principalmente no âmbito das Redes de Educadores em Museus que estiveram envolvidas ativamente nesse processo. Em levantamento realizado pelo Ibram, foram dezesseis as cidades contempladas com os Encontros Regionais que resultaram nos seguintes dados: 411 propostas e 355 destaques ao Documento Preliminar, distribuídos da seguinte forma: 52 diretrizes e 83 destaques; 117 estratégias e 127 destaques; 242 ações e 145 destaques. Diante do exposto, ficou constatada a necessidade de um encontro nacional, que discutisse esses dados e encaminhasse a respeito dos mesmos.

Durante o 6º Fórum Nacional de Museus, que aconteceu em novembro de 2014, foi realizado o Encontro Nacional do Programa de Educação Museal, que objetivava discutir o Documento Preliminar e sintetizar o texto final da política. Entretanto, os dois dias reservados para a atividade não foram suficientes e deste debate saíram apenas os cinco princípios para a PNEM que foram expressos no documento final do encontro, a Carta de Belém que apresentou a reivindicação de que o processo tivesse continuidade com o pleito de se criar uma Política para o campo e não apenas um Programa. Durante a plenária final deste evento, se propôs a realização de um 2º Encontro para realizar a sistematização do documento como um todo.

Apesar de todo o esforço da comunidade museológica e do próprio Ibram nesse processo, o momento político vivido no período de 2015 a 2016, que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, acabou resfriando as atividades. Passados os momentos de mudança, que trouxeram instabilidade para todo o campo cultural com a ameaça de fechamento do MinC pelo então Presidente Michel Temer, no ano de 2017, em março deste ano, uma carta endereçada ao presidente do Ibram, assinada pelas REM's do Brasil, Rede de Acessibilidade em Museus (RAM), pelo Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Minom) e pelo Conselho Internacional de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA-ICOM), reivindicava a retomada do processo de construção da PNEM pelo instituto.

A partir das reivindicações, o Ibram garantiu que, durante o 7º Fórum Nacional de Museus, a ser realizado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, aconteceria o 2º Encontro

⁶ As informações referentes ao processo de construção da PNEM estão disponíveis no portal: <https://pnem.museus.gov.br/> que hoje funciona como um banco de dados da Educação Museal.

Nacional da PNEM. A retomada do processo se deu com o objetivo de sistematizar o restante do Documento Preliminar que não havia sido contemplado no encontro anterior. Para realizar tal ação, o Ibram contratou um serviço de consultoria técnica, tendo em vista o grande volume de dados a serem analisados, para que se chegasse a um documento mais coeso que pudesse ser debatido no evento em questão. O andamento dessa consultoria foi acompanhado de perto pela equipe da Comuse e o novo Documento Preliminar, resultante deste trabalho, foi divulgado no Blog da PNEM, para que a comunidade museológica tivesse acesso e tempo hábil para analisá-lo antes da realização do 2º Encontro, que aconteceria no mês de junho deste mesmo ano. Foram realizados seis encontros presenciais, organizados por REM's, para debater o novo documento. Finalmente, nos dias 2 e 3 de junho de 2017, foi realizado o 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal e, ao final deste encontro, foi aprovado o texto que consistiria na Política Nacional de Educação Museal.

O texto final totalizou 19 diretrizes distribuídas ao longo dos 3 eixos. Além do documento da PNEM, a plenária final aprovou a Carta de Porto Alegre que contém compromissos importantes como a realização de “pesquisas lideradas pelo IBRAM e com colaboração das Redes de Educadores em Museus e dos articuladores do PNEM, sobre o atual estágio de desenvolvimento da educação museal no Brasil” (BRASIL, 2018).

Conforme exposto, o processo de construção da Política Nacional de Educação Museal contou com a participação expressa de diversos profissionais do campo o que torna possível afirmar que o que está posto ali é reflexo dos anseios de quem de fato atua na Educação Museal. Porém, o fato da construção do documento ter sido feita em profundo diálogo com a sociedade não significa que toda a sociedade esteja representada naquele texto. E, participando ativamente deste processo, percebemos que a ausência de informações qualificadas, atualizadas e específicas da educação museal foi um elemento que em nada facilitou esse processo.

Questões básicas como a quantidade de museus que possuem setores educativos ou o equivalente ainda são uma incógnita e seriam extremamente úteis em um processo de construção de política pública.

Sendo assim, ter participado do processo de construção de uma política cultural sem a existência de indicadores que auxiliassem na formulação da agenda, por exemplo, foi um desafio que nos encaminhou para essa investigação. Questões como: será que de fato, o que está posto na PNEM, dialoga com a realidade dos diversos contextos brasileiros? a partir de quais parâmetros será possível determinar o sucesso da PNEM? Quais as ausências e lacunas a serem preenchidas?

Entendemos que todas essas questões se direcionam mais facilmente a uma resposta a partir do momento em que tenhamos indicadores confiáveis nos quais se referenciar.

E o que se tem feito nessa direção?

6. E os dados da Educação Museal?

Em ambos os questionários das pesquisas citadas até então, Cadastro Nacional de Museus e Pesquisa Anual de Museus, é possível identificar questões que remetam ao que a PNEM entende por sendo do escopo da educação museal.

Especificamente as sessões VI, no questionário inicial do CNM, e na sessão 8, no questionário da PAM, as questões são voltadas especificamente para esse tema. Indagações sobre a existência de um setor educativo, o uso de recursos acessíveis ou a realização de atividades para públicos específicos apontam na direção de conhecer melhor o caráter educativo das instituições consultadas.

Entretanto, com a complexificação das relações educativas dentro do escopo do campo museal, as informações colhidas por essas pesquisas não são nem de perto suficientes para dar conta dos anseios da PNEM, por exemplo. Assim, juntamente com a aprovação da política e a sua consolidação com a Portaria nº 422/2017, o dispositivo já prevê possibilidades de monitoramento a partir da realização de pesquisas específicas para o campo.

E quais têm sido os caminhos trilhados com esse objetivo?

Atualmente, encontram-se em andamento duas iniciativas do Ibram para o levantamento de informações específicas da educação museal. A primeira pesquisa está sendo realizada pela Coordenação de Museologia Social e Educação – Comuse/Ibram e a segunda é capitaneada pelo Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional, museu gerido diretamente pelo Ibram, que hoje funciona como um Centro de Referência em Educação Museal.

Como ambas as iniciativas ainda estão em fase de aplicação e/ou análise dos dados, não se encontram disponíveis para ampla consulta. O diálogo constante com pesquisadoras ligadas às duas pesquisas, pesquisadoras essas que também atuam como educadoras museais e também compartilham os espaços de troca e construção das Redes de Educadores em Museus, possibilitaram o acesso, até então privilegiado, ao material utilizado no processo. Inclusive com o compromisso de compartilhar as impressões e colaborar, se possível, com prováveis ajustes.

6.1. Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal – Comuse/Ibram

Analisando o material enviado pela Comuse, tivemos acesso ao questionário que foi aplicado no início de 2019 aos 30 do Ibram, como são chamados aqueles que são geridos diretamente pelo Instituto, embora a maior parte destes sejam instituições centenárias, criadas muito antes do órgão.

Os museus investigados foram: Museu da Abolição - Recife (PE), Museu de Arqueologia / Socioambiental de Itaipu – Niterói (RJ), Museu de Arte Religiosa e Tradicional – Cabo Frio (RJ), Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Goiás (GO), Museu de Arte Sacra de Paraty – Paraty (RJ), Museu das Bandeiras – Goiás (GO), Museu Casa de Benjamin Constant - Rio de Janeiro (RJ), Museu Casa da Hera - Vassouras (RJ), Museu Casa Histórica de Alcântara – Alcântara (MA), Museu Casa da Princesa (Casa Setecentista) – Pilar de Goiás (GO), Museus Castro Maya: Chácara do Céu e Museu do Açude - Rio de Janeiro (RJ), Museu do Diamante - Diamantina (MG), Museu Forte Defensor Perpétuo – Paraty (RJ), Museu Histórico Nacional - Rio de Janeiro (RJ), Museu Imperial - Petrópolis (RJ), Museu da Inconfidência - Ouro Preto (MG), Museu Lasar Segall - São Paulo (SP), Museu das Missões - São Miguel das Missões (RS), Museu Nacional de Belas Artes - Rio de Janeiro (RJ), Museu do Ouro – Casa de Borba Gato – Sabará (MG), Museu Regional de Caeté – Caeté (MG), Museu Regional Casa dos Ottoni – Serro (MG), Museu Regional de São João del-Rei (MG), Museu da República - Rio de Janeiro (RJ) e Palácio Rio Negro – Petrópolis (RJ), Museu Solar Monjardim – Vitória (ES), Museu Victor Meirelles – Florianópolis (SC), Museu Villa-Lobos - Rio de Janeiro (RJ)

Percebe-se inclusive que o questionário possui questões específicas para museus públicos, apontando já a necessidade de adaptação para aplicação num escopo maior de museus. O texto introdutório do formulário aponta que o mesmo objetiva perceber a realidade do trabalho educativo nos museus geridos pelo Ibram, além de fornecer subsídios para implementação e monitoramento da PNEM. Consideramos já aqui acrescentar a necessidade de utilizar essas informações para avaliação da política. Ainda no texto inicial há a orientação de que a pesquisa deve ser, preferencialmente, respondida pelo profissional responsável pelas atividades educativas e apenas quando não houvesse essa figura, se admitiu a resposta do gestor da casa.

Vale ressaltar que o conceito de Educação a ser considerado por essa pesquisa já vem explicitado no início do questionário, a saber:

A educação em um contexto mais especificamente museológico, está ligada a mobilização de saberes relacionados com o museu visando ao desenvolvimento e aos florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências.

(DESVALLÉS; MAIRESSE. 2013, p. 38-39)

Percebemos, inclusive, essa escolha em explicitar o referencial teórico por trás do questionário como um diálogo direto com o segundo princípio da PNEM quando estabelece que “a educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (BRASIL, 2018, p. 129). Compreender que as práticas em Educação Museal sempre estão partindo de um referencial teórico, mesmo quando este não está explicitado, aponta para o caminho do aprofundamento que o campo busca.

Remete-nos também à importância de, ainda na coleta de dados, delimitar quais são os objetivos e caminhos escolhidos para a construção de indicadores. Sobre isso Januzzi (2005) nos orienta:

a boa prática da pesquisa social recomenda que os procedimentos de construção de indicadores sejam claros e transparentes, que as decisões metodológicas sejam justificadas e que as escolhas subjetivas – invariavelmente frequentes - sejam explicitadas de forma objetiva
(JANUZZI, 2005, p.151)

As 64 questões que se seguem, divididas em três sessões (Dados do Respondente; Práticas em Educação Museal nos Museus do Ibram; Atuação e Qualificação da Equipe) buscam informações detalhadas sobre as práticas de educação museal desenvolvidas nos museus do Ibram, dialogando diretamente com os princípios e diretrizes expostos na PNEM.

Por exemplo, ao questionar nos tópicos 12 e 18, da sessão três, sobre a participação da comunidade e do museu como um todo na construção do Programa Educativo Cultural, o formulário se remete diretamente à Diretriz 1 do Eixo I- Gestão da PNEM que orienta sobre “incentivar a construção do Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, definido a partir da missão do museus pelo setor de educação museal, em colaboração com os demais setores do museu e a sociedade” (BRASIL, 2018, p. 129). Além, evidentemente, de trazer questões diretas sobre o conhecimento da instituição acerca da PNEM bem como se houve participação direta dos funcionários na construção da política.

Ressalta-se também que, por se tratar de um questionário a ser aplicado com os museus do Ibram, algumas questões que seriam indispensáveis em outro contexto, acabam não sendo necessárias, como natureza administrativa e unidade mantenedora.

6.2. Estrutura e Organização da Educação Museal – MHN/Ibram

A segunda pesquisa que tivemos acesso está sendo coordenada pelo Núcleo Educativo do Museu Histórico Nacional, que recentemente foi eleito como o Centro de Referência em Educação Museal do Ibram. Atualmente lá funciona o Grupo de Estudos em Educação Museal vinculado ao CNPq e coordenado pela Dra. Fernanda Castro, educadora museal e servidora do MHN.

Diferente na pesquisa da Comuse que tem se concentrado nas práticas em educação museal nos museus do Ibram, a pesquisa do MHN busca compreender como tem se estabelecido a estrutura e a organização da educação museal e, além de investigar também os museus do Ibram, conseguiu ampliar seu universo de análise acrescentando os museus vinculados às Secretarias de Cultura e Economia Criativa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, alcançando um total de 48 instituições.

Com o objetivo de produzir diagnóstico e criar subsídios para elaboração de programas, projetos, ações e políticas internas, a pesquisa preparou um questionário que busca mapear os perfis dos setores educativos e dos profissionais da educação museal que atuam nesses espaços. O questionário possui 41 questões sem divisão em sessões e traz tópicos relacionados à vinculação dos profissionais no museu, às fontes de financiamento e até mesmo se a instituição possui programa próprio de transporte, sendo essa última uma das questões de dificuldade mais recorrentes na relação dos museus com seus públicos.

Ressaltamos também que, apesar do corpus de análise dessa pesquisa ser mais ampliada em relação à anterior, ainda se limita à investigação de museus públicos o que cria lacunas em relação a outras realidades museais brasileiras. Porém o objetivo dessa pesquisa é também inaugurar um Projeto de Produção de Dados em Educação Museal, através do processo participativo de educadores, setores educativos e profissionais de órgãos parceiros, o Centro de Referência em Educação Museal do MHN pretende estabelecer um Laboratório de Produção e Análise de Informação que produza séries históricas, um banco de dados amplamente acessível e publicação analíticas sobre os mesmo. Desse modo, a produção de indicadores para o campo ganha mais algumas possibilidade de base de dados de origem. Ressaltando também que este é

um projeto piloto e que pretende posteriormente ampliar a análise a partir da base de dados do CNM.

A metodologia utilizada consistiu na disponibilização do questionário online, que ficou disponível entre 15 de abril a 30 de maio de 2019 e aguardo das respostas. A pesquisa obteve 100%⁷ de retorno. Assim, já em junho de 2019 foi possível organizar alguns resultados preliminares do cruzamento dos dados coletados. Tivemos então acesso a uma apresentação de slides feita pela equipe do Programa de Elaboração e Pesquisa em Educação Museal do Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional à equipe a Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo.

Na apresentação, a equipe do MHN reforçou as parcerias estabelecidas para realização da pesquisa salientando a Coordenação de Museologia Social e Educação – CoMuSE/Ibram; a Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI/Ibram e as Secretarias de Cultura e Economia Criativa dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e se concentrou nas informações referentes aos 17 museus de São Paulo que participam da pesquisa. Os museus foram: Pinacoteca de São Paulo, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, Museu da Casa Brasileira, Museu de Arte Sacra de São Paulo, Museu Casa de Portinari, Paço das Artes, Museu da Imagem e do Som de São Paulo, Casa Guilherme de Almeida, Museu Felícia Leirner, Museu do Café, Casa das Rosas, Museu Afro Brasil, Museu do Futebol, Memorial da Resistência, Museu Catavento, Museu da Imigração e Casa Mário de Andrade.

O primeiro dado observável foi referente ao ano de fundação dos museus o que nos faz perceber que dos 17 museus considerados, a maior parte dele (7) foi fundada na década de 70, o que corrobora com o período de maior estruturação das políticas públicas para patrimônio no país, conforme visto anteriormente. Outro dado interessante a ser observado, diz respeito à existência de setor educativo nos museus, 100% declarou possuir setor educativo, porém quando se compara o ano de fundação dos museus com o ano de criação dos setores educativos, percebemos que mesmo nos museus fundados antes dos anos 2000, somente após esse período que a maior parte dos setores educativos foram estruturados, o que reforça o movimento de organização do campo da Educação Museal que vem acontecendo nas últimas duas décadas, conforme destacamos anteriormente.

Na tentativa de compreender o perfil dos profissionais atuantes na Educação Museal desses espaços, questões como o nome atribuído ao cargo, o vínculo institucional e a função que lhes são designadas, apontam para uma tendência à preferência dos termos *educadores* e

⁷ O cálculo desconsiderou o Museu da Língua Portuguesa de São Paulo em razão do mesmo ainda encontrar-se em fase de reestruturação após o incêndio sofrido em 2015.

mediadores aos já superados, mas ainda comuns *guias* ou *monitores*, além de percebermos que, embora se tratem de museus vinculados à esfera estadual de São Paulo, nenhum dos profissionais da educação museal são servidores públicos, sendo a maior parte celetista, bolsista ou estagiário. A questão da vinculação dos educadores museais nas instituições somada a outras problemáticas envolvendo os profissionais foi um dos grandes temas no debate de construção da PNEM, refletido inclusive na construção do *Eixo II – Profissionais, formação e pesquisa* que concentrou a maior parte das diretrizes da política. Dos nove tópicos referentes a essa temática, os quatro primeiros apontam caminhos para o reconhecimento, fortalecimento e aprimoramento da profissão do educador museal.

Outro dado que chama a atenção nos resultados preliminares dessa pesquisa é a baixa porcentagem de instituições que possuem programa próprio de transporte. Apenas 29% dos museus respondentes informam possuir esse serviço. Imaginamos que, se nos museus da cidade de São Paulo⁸, a cidade de maior circulação econômica do país, a dificuldade por um serviço como esse ainda é grande, o que dizer dos museus localizados em regiões menos abastadas.

Outros dados como natureza das atividades envolvidas, presença de Programa Educativo e Cultural no Plano Museológico e participação do educativo na construção de ações desenvolvidas em campanhas promovidas pelo Ibram como Semana dos Museus e Primavera dos Museus, completam o questionário que finaliza buscando saber se as instituições participaram do processo de construção da PNEM e se estão vinculadas à Rede de Educadores em Museus de São Paulo.

A pesquisa, apesar de estar em fase de teste, já aponta caminhos interessantes e animadores em relação ao levantamento de informações para a educação museal brasileira, que hoje dispõe de uma política nacional, mas necessita urgentemente de dados que colaborem na implementação e avaliação da mesma.

7. Considerações Finais

Reconhecemos que o uso adequado de indicadores em todas as etapas do ciclo de uma política pública aumenta as possibilidades desta vir a atender as demandas sociais nas quais pretende incidir. Desse modo, ter participado do processo de construção de uma política cultural sem a existência de medidas foi bastante desafiador. As dificuldades encontradas

⁸ Embora os museus sejam vinculados à SECEC-SP, uma secretaria estadual, a maior parte dos museus respondentes estão localizados na capital.

durante esse processo nos levaram a trilhar o caminho das políticas e tentar compreender as lacunas que ficaram.

O estudo mais aprofundado sobre indicadores e seus usos e até abusos, nos chamou a atenção para a necessidade de se ter informações constantes e de qualidade sob o risco de não se obter bons instrumentos de auxílio da análise da realidade. Ressaltamos que um bom indicador é construído desde o momento da coleta de informações e por essa razão concentramos a nossa atenção nos esforços empreendidos no levantamento de dados para a educação museal, como sendo, neste momento, a maior urgência do campo.

Inicialmente, provocadas por essa necessidade, nos propomos a construir ferramentas de coletas de informações com vistas a futuramente construir indicadores para o campo da educação museal. Porém, o diálogo com outros profissionais que atuam nesta área, sobretudo com aqueles vinculados ao Ibram nos apontaram outros caminhos. Pensamos que ao invés de construir paralelamente um dispositivo à parte que objetive o mesmo fim, mais interessante seria reunir esforços e colaborar com as iniciativas em andamento naquilo que nos fosse possível.

Desse modo, ao analisarmos o material disponibilizado pelas equipes de ambas pesquisas, compreendemos que o auxílio a ser prestado consiste em compreender as lacunas existentes na metodologia atual sobretudo em relação às especificidades regionais. As duas iniciativas tem atualmente se concentrado nos museus geridos pelo Ibram, o que é compreensível quando se observa o contexto de escassez de recursos governamentais, sobretudo os direcionados para a cultura. Lidar com museus que estão sob a sua tutela, facilita em muito a continuidade dos processos. Porém, enquanto não for possível ampliar esse escopo de análise, os dados levantados continuaram a não dar conta da diversidade de realidades dos museus brasileiros. Haja vista o fato de que a maior parte dos museus do Ibram concentra-se na região Sudeste do país, onde estão localizados 23 destes, tendo somente dois na região Nordeste, dois na região Sul, três na região Centro Oeste e nenhum na região Norte.

Estamos certas de que esse é um caminho longo a se trilhar, com desafios imprevisíveis, sobretudo diante do conturbado contexto político que vivemos no momento, porém, acreditamos que os esforços empreendidos, mesmo em meio ao turbilhão de acontecimentos, apontam para um cenário de maior organização das informações, com a possibilidade de num futuro próximo, termos enfim, bons indicadores para a educação museal brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museu**. Org. e textos. NASCIMENTO, Junior; CHAGAS, Mário de Souza. Brasília: MinC, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018

CALABRE, Lia. Políticas Públicas e Indicadores Culturais: Algumas Questões. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, V**, Salvador: Enecult, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Editores: BRULON, Bruno; CURY, Marília. Tradução e Comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

JANUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 36(1), p. 51-72, jan/fev. 2002.

JANUZZI, Paulo. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília. v. 56(2), p. 137-160 abr/jun. 2005.

LINS, Cristina. Sistema de Informações e Indicadores Culturais. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, III**, Salvador: Enecult, 2007.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. Museus Brasileiros e Política Cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 19 no. 55, p. 54-73 junho/2004

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

Cadastro Nacional de Museus: <http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>

Questionário do Cadastro Nacional de Museus. Cadastro Nacional de Museus – Sistema Brasileiro de Museus, Ibram/MinC, 2006 – Disponível em: <http://dados.cultura.gov.br/>